Os vestígios da monstruosidade na feitiçaria e na loucura e os discursos contemporâneos da mídia sobre os sujeitos criminosos

Danielle Ramos Brasiliense¹

Neste artigo, pretendemos estudar como se desenvolveram os discursos sobre os indivíduos monstruosos, em alguns momentos importantes da história social e identificar quais são, hoje, suas relações com os discursos da mídia, em especial, com a imprensa brasileira. De modo embrionário, abordaremos uma herança discursiva, especialmente a que trata da existência de um sujeito monstruoso marginalizado socialmente por ideologias de autoridades religiosas e psiquiátricas. Objetivamos também estabelecer uma relação com as narrativas da imprensa contemporânea e demarcar o seu lugar de autoridade. Finalmente, visamos analisar, especificamente, os julgamentos inquisitoriais da Idade Média, sobre os monstros exorcizados da época (leprosos, bruxos, judeus), e os discursos da psiquiatria legal do século XIX, sobre os indivíduos loucos e perigosos.

Palavras-chave: discurso midiático, parricídio, monstruosidade, circularidade.

The remains of monstrosity and the discourses of contemporary media on the subject criminals. In this article, we intend to discuss the development of discourses about individuals considered monsters, during some periods of Social History, and their relation to Brazilian press and to media discourses. We will focus our argument on a heritage specially orientated to the existence of a marginalized and monstrous subject, according to religious and psychiatric ideologies. In this way, we will make a relation between narratives in contemporary press and their authority. We will analyze also inquisitorial trials, in Middle Ages, about monsters exorcized at that time (Jews, witches, lepers), and Psychiatry's discourse, in 19th century, about dangerous and crazy people.

Key words: media discourse, parricide, monstrosity, circularity.

El presente artículo pretende comprender como se desarrollaran los discursos sobre los individuos monstruosos en algunos momentos importantes de la historia social y sus relaciones actuales con los discursos de los medios de comunicación, en especial la prensa brasileña. De una manera embrionaria abordaremos una herencia discursiva especialmente sobre la existencia de un sujeto monstruoso marginalizado socialmente por ideologías de autoridades religiosas y psiquiátricas y haremos una relación con las narrativas de la prensa contemporánea y su lugar de autoridad. Apuntaremos específicamente los juicios inquisitoriales de la Edad Media sobre los monstruos exorcizados de la época (leprosos, brujos, judíos) y los discursos de la psiquiatria legítima del siglo XIX sobre los individuos locos y peligrosos.

Palabras clave: discurso mediático, parricidio, monstruosidad, circularidad.

¹ Aluna da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Pasteur, 250, fds, Urca, 22290-240, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: dabrasiliense@gmail.com.

Examinemos as crenças relativas aos seres marginais, aqueles que, duma maneira ou de outra, são excluídos da ordem social, aqueles que não têm lugar. Mesmo que não possam ser reprimidos no plano moral, o seu estatuto é indefinível (Douglas, 1991, p. 116).

No ano de 2002, em data comemorativa denominada “dia das bruxas”, 31 de outubro, ocorreu um crime brutal de parricídio que abalou a sociedade brasileira: a morte do casal Von Richthofen. Desta vez, o monstro criminoso, como habitualmente descrito pela mídia e pelo senso comum, não surgiu das ruas ou das perigosas favelas, tais como bandidos, traficantes ou marginais, mas havia sido encontrado no seio de uma rica família na cidade de São Paulo.

Monstro em casa foi o título usado na matéria da revista *Época* (2002), com data de novembro de 2002, que retratou o assassinato do casal Manfred e Marisia, tramado pela filha Suzane Von Richthofen. Após o crime, a estudante universitária de dezenove anos, rica e bela, passou a se encaixar nos padrões discursivos sobre anormalidade monstruosa, assim como as feiticeiras, na Idade Média, que exerciam práticas pagãs como as festas do *Sambhaim*², hoje conhecidas como *Halloween*, consideradas, na época, um crime contra a Igreja e toda ordem sagrada que estruturava a sociedade.

O caso de Suzane, assim como outros casos de parricídio, nos remete à constatação do monstruoso, que, historicamente, sempre foi pensado em relação ao distante, ao outro, ao exótico e ao pouco familiar, àquele que não faz parte dos harmoniosos lares ordenados do nosso cotidiano. No entanto, quando nos deparamos com os crimes contra a família, especialmente, percebemos que existe um outro tão desconhecido e monstruoso, quanto o mais exótico dos outros, que pode estar dentro de nós, e nos capacitar a quebrar os mapas de conduta social para estabelecer, assim, o horror. Assim, que motivos teria, para cometer tamanha barbárie, uma menina com todas as características de Suzane, criada por uma família considerada socialmente ideal? É por essa aparente falta de motivos que o crime dos Richthofen causou tanto espanto e surpresa, pois levou a sociedade brasileira a pensar que esse outro monstruoso

pode estar dentro da própria família, ou mais além, dentro de cada ser humano, esperando ser despertado.

Por outro lado, o caráter histórico do crime e da maldade se encontra fora da natureza humana, ao contrário do que geralmente a consciência do senso comum costuma demonstrar por discursos naturalizados sobre os seres perigosos. Por mais bizarros que sejam os crimes, especialmente os considerados sem motivos, os valores que constituem o caráter desses indivíduos criminalizados são construídos discursivamente. Quando a imprensa fala sobre monstros, ela não os está criando, mas está reproduzindo um discurso que se organizou sob a forma dialógica de múltiplos sentidos.

Esse efeito de identificação da monstrosidade dos sujeitos não é dado apenas por um ato de assassinar o pai, mas é criado discursivamente e se transforma em uma ideologia do cotidiano, como mostra Mikhail Bakhtin (1979), ao tratar questões de linguagem e construção social do discurso em seu livro *Marxismo e filosofia da linguagem*. De acordo com a teoria bakhtiniana, a língua não se apresenta ordenada e estruturada em hipótese alguma, pois, para o filósofo, ela é viva e se transforma constantemente a partir dos embates e conflitos das realidades sociais. Sob esse aspecto, de que forma são configurados os discursos sobre os sujeitos monstruosos, que signos estão relacionados a esta categoria criada pela língua viva e participante das relações sociais?

Bakhtin (1979) diz que a consciência só se apresenta como tal quando é impregnada de um conteúdo ideológico, e isso só pode acontecer por um processo de interação social. Portanto, a caracterização de monstrosidade para o indivíduo parricida só é configurada desta forma por estar impregnada de significações ideológicas construídas por um processo discursivo. Para o filósofo, as questões ideológicas só podem estar situadas entre os indivíduos organizados, que as constroem como meio de comunicação.

Dessa forma, o discurso sobre o sujeito monstruoso não é apenas uma expressão de horror sobre a atitude do criminoso, mas é a revelação de um elemento discursivo que foi construído ideologicamente. A naturalização do signo da monstrosidade também pode ser pensada, conforme elaborações das ideias bakhtinianas, como um

² O *Sambhaim* era o Festival Celta dos Ancestrais, que ocorria na época da última colheita, antes da chegada do rigoroso inverno europeu. Essa época era marcada pela morte de animais e de toda vegetação. Nessa festa, acreditava-se no encontro da vida com a morte, em que um véu se rasgava, possibilitando uma comunicação entre os seres de ambos os lados. Era o tempo de rever os mortos. A morte, para os pagãos da Idade Média, marcava o renascimento de um novo ciclo da vida.

tipo de comunicação da vida cotidiana, onde determinadas categorias são criadas para agilizar a forma de comunicação dos indivíduos. Quando um filho mata a sua família, conseqüentemente ele é tipificado como monstro. No momento em que determinadas categorias valorativas dos sujeitos caem no lugar do discurso cotidiano, ou se tornam referências da ideologia do cotidiano, podem se tornar, como no caso do monstro, um estereótipo, uma forma tipificada e cristalizada de sujeito.

Outra questão importante trabalhada por Bakhtin (2003) é a relação dos indivíduos com os outros. Para ele, a arquitetura do mundo é formada pela relação discursiva entre os sujeitos, sob a forma de tensão entre o Eu e o Outro. Nesse sentido, o autor diz que, para viver, é necessário sermos abertos em nós mesmos, inacabados, pois só conseguimos enxergar o que vai além dos nossos olhos pela complementação da visão de outra pessoa. Precisamos do outro para completar os sentidos que damos à vida. Essa relação intrínseca e dependente dos sujeitos uns para com os outros é importante, pois resulta no encontro de sentidos múltiplos e particulares que, somados, fazem gerar novos sentidos, como uma cadeia ideológica.

Mas como nos comportamos em um momento em que esse outro, que completa nossa vida e de quem nós dependemos para viver e promover sentido no mundo, se torna uma ameaça? O outro é, ao mesmo tempo, aquele que nos constitui, mas também é o outro temido por nós, pela falta de conhecimento que temos da sua totalidade. Isso fica claro, quando nos deparamos com um criminoso dentro de casa: o filho que mata o pai é o outro que completa o sentido da família. Como discursar, então, sobre esta causa que rompe com uma relação aparentemente harmoniosa de construção de sentidos entre o Eu e o Outro? Os sentidos são atualizados e construídos pelos embates das relações dos sujeitos, no lugar do discurso, como arena de luta ideológica, como trata Bakhtin (1979). O outro que ameaça a vida não é percebido como um complemento para construção de sentidos, ele, normalmente, é identificado como um outro que rompe com a normalidade, e, portanto, é apontado como um ser monstruoso, pecaminoso ou louco.

Por mais bizarros que sejam os crimes, especialmente os considerados sem motivos, os valores que constituem o caráter desses indivíduos criminalizados são construídos por ideologias discursivas das quais fala

Bakhtin (1979). As marcas ideológicas construídas pelos discursos existem em meio a outras marcas que formulam novos sentidos. Ao mesmo tempo que um monstro pode ser considerado um Outro perigoso e ameaçador, ele também pode completar o Eu sob a forma espetacular do riso ou do afeto.

A ideologia monstruosa pode ter outra significação diferente daquela que traduz o medo. Romantizado, *Slote*, o personagem deformado do filme *Os Goonies* (Donner, 1985), de Spielberg por exemplo, que vivia acorrentado e escondido feito um monstro, mostra seu lado amigo e bondoso, ao dividir chocolates com uma criança. Por este exemplo, podemos perceber, segundo a teoria de Bakhtin (1979) sobre os diversos sentidos remetidos aos signos, que existe uma circularidade dos sentidos, enquanto os discursos vão sendo construídos pelas relações sociais. Os signos nunca estão fechados em um só sentido, mas em uma multiplicidade deles.

Para Bakhtin (1979), ainda existe uma relação mais complexa dos sentidos, pois, segundo o filósofo, não existe um discurso virgem, todos os discursos são carregados de outros discursos já ditos em algum momento. A construção dos sentidos é provocada pelas relações sociais, em que cada um completa a visão do outro e, com isso, novos sentidos se organizam por uma tensão de embates ideológicos. A partir desse pensamento, o filósofo diz que cada discurso carrega uma herança da fala, que segue como um fluxo de correntes discursivas complexamente ordenadas por esses embates ideológicos. Diferentes uns dos outros, esses discursos são capazes de promover sentidos harmônicos.

Entendemos, com Bakhtin (1979) que os discursos nascem da autorização de outros discursos já existentes. Portanto, este artigo pretende mapear o desenvolvimento de alguns discursos sobre os indivíduos monstruosos em momentos importantes da história social, a fim de entender as tipificações, nomeações e identidades sugeridas aos criminosos que, aparentemente, não teriam motivos de cometer determinadas barbáries. De igual modo, este estudo objetiva esclarecer que, diante do incompreensível, os atos desses indivíduos são justificados pela imprensa sob a forma de apelos ao horror e à monstruosidade.

Como parte do processo de elaboração da tese de doutorado³, é fundamental um mergulho nesse pro-

³ A pesquisa de doutorado tem como título: *Não matará: tabu e tradição na cobertura da imprensa sobre casos de parricídio no Brasil* e está sendo desenvolvida na Eco/UFRJ, sob a orientação da professora Dr^a. Ana Paula Goulart Ribeiro.

cesso que constituirá a construção do imaginário sobre o monstruoso. Mesmo que de modo embrionário, pela grande quantidade de pesquisa que ainda demanda o tema, abordaremos a existência de uma herança discursiva, especialmente sobre a existência de um sujeito monstruoso marginalizado socialmente por ideologias de autoridades religiosas e psiquiátricas.

Reconhecemos a impossibilidade, na ordem dos discursos, de apontar uma origem específica da construção monstruosa dos sujeitos, por isso, nos apoiamos em alguns vestígios e marcos fundamentais da História, para perceber e estudar tal categoria valorativa dos sujeitos considerados criminosos em um fluxo temporal extenso. Como um dos primeiros passos para a futura pesquisa, apontaremos, neste artigo, especificamente, os julgamentos inquisitoriais da Idade Média sobre os monstros exorcizados da época (leprosos, bruxos, judeus) e os discursos psiquiátricos do século XIX sobre os indivíduos loucos e perigosos. Nosso objetivo, então, é perceber, no fluxo histórico discursivo, essas duas fases que marcam a criminalização dos indivíduos. Mostraremos, a partir daí, como o tempo futuro, sob forma de expectativas e não como continuidade histórica de um passado experimentado, nos aproxima do inesperado, embora existam, no tempo, diferentes marcos históricos fundados por diferentes culturas.

Consideramos, sobretudo, a existência de um mundo ordenado, mesmo com marcas temporais descontínuas, inesperadas ou diferentes. A cultura é determinada pela escolha daquilo em que se crê ou não, do que se deve desejar ou do que não se deve. O julgamento do que é bom ou ruim é criado por regulamentos cuja intenção é fundamentar a ordem. No entanto, quando surge a diferença do acaso, um assassinato causado por alguém a quem é ordenado somente a amar sua família, e, portanto, nunca exterminá-la, a capacidade de julgamento entre o bem e o mal se confunde. Logo se aplicam na cultura normativa algumas respostas encapadas pela moral: feitiçarias, heresias, ou demoníaco, na história da Idade Média, ou, desequilíbrio, epilepsia, fragmentação do eu, violência latente, anomia social, na cultura atual. Entretanto, de forma mais generalizada, esse tipo de atitude criminosa é reconhecido ao longo da História, por uma cultura da ordem, como monstruosidade. Esta é uma marca de justificativa usada pela mídia que não encontra respostas imediatas para crimes sem explicação concreta, como os de parricídio.

Reconhecemos que os discursos não são únicos, pois carregam sentidos que ultrapassam seu tempo. Assim, consideramos importante apontar esse processo discursivo

trazendo ao estudo a visão de alguns autores que o analisaram com vigor. Para entender o caráter ambíguo discursivo da monstruosidade na Idade Média, utilizaremos o estudo do historiador Carlo Ginzburg (1991) e do filósofo russo Bakhtin (1993). Sobre a mesma questão do indivíduo monstruoso, no século XIX, vamos perceber de que forma esses discursos são analisados por Foucault (2002).

A maldade é um tema que tem sido naturalizado por conta das injeções cotidianas da mídia sobre violência. Com isso, esquecemos de reconhecê-lo como parte da vida humana e também da História. Assim, para entender como se constroem as representações acerca do “monstro parricida” e seus estereótipos midiáticos, pensamos ser importante mapear o processo histórico que as gerou a fim de identificar o lugar da mídia como voz contemporânea relevante de discursos sobre os indivíduos monstruosos.

As marcas do monstruoso na Idade Média: conversão e inversão

Ginzburg (1991) aborda a construção estereotipada do criminoso em seu livro *História noturna*. Nesse texto, fala sobre a prática do sabá, que, como uma construção folclórica discursiva, serve como argumento para condenação de bruxos, hereges, judeus, homossexuais e outros sujeitos considerados grandes demônios no fim da Idade Média e começo da era Moderna (Ginzburg, 1991). A emergência da disciplina no ocidente, por conta da crise do século XIV com suas pestes, marca um momento importante da História quanto ao combate do caos. Disciplinar, perseguir e limpar toda a sujeira provocada pelas classes consideradas inferiores era o objetivo das autoridades daquela época, como solução para reinstalar a ordem. Esta busca intensa de uma normalidade ideal resulta em diversas execuções do outro que ameaçava a ordem e, especialmente, a tradição da Igreja.

Segundo Ginzburg (1991) os processos de lei sobre a feitiçaria, entre os séculos XV e XVII, na Europa, revelam um estereótipo criado com base em conhecimentos do senso comum sobre o sabá, reconhecido como uma seita de bruxas e feitiçarias. A prática camponesa de reuniões noturnas com manifestações de crenças diversas fora do padrão da ordem cristã foi interpretada como bruxaria diabólica e resumida discursivamente como prática do

sabá. Dessa forma, generalizou qualquer outro tipo de desvio que os sujeitos apresentassem, fossem eles judeus ou doentes de lepra. O monstruoso, seja qual fosse sua prática, era condenado pela afiliação ao sabá.

A investigação do fluxo discursivo sobre o indivíduo perigoso, neste trabalho, quer chamar a atenção para como a mídia se apropria desses discursos sobre a ordem e reitera os sentidos sobre a monstruosidade dos sujeitos já anunciadas há séculos. Os enunciados sobre violência e criminalidade, manifestados hoje pela mídia, não são, de forma alguma, inaugurais, mesmo que assim apareçam, por todo investimento espetacular existente. A mídia não é a primeira a violar um silêncio sobre a violência e, especialmente, não é inauguradora de um discurso sobre o sujeito monstruoso, mas, como todo falante, ela é uma instituição respondente a outros discursos. As narrativas midiáticas são produções que carregam uma herança da fala.

Embora as punições, as brigas políticas e culturais tenham sofrido muitas transformações e evoluções, o discurso estereotipado a respeito do outro, ou seja, aquele que não se reconhece como o mesmo que nós, continua sendo usual. As questões de diferença e de alteridade permanecem na base do pensamento sob efeito de um senso comum estereotipado. A própria consciência de medo do outro é construída por discursos classificatórios e valorativos, que partem da idéia da existência de seres monstruosos.

Em *Os andarilhos do bem*, obra anterior à *História noturna*, Ginzburg (1988, 1991) mostra como os iluministas não se interessavam pelas confissões das mulheres consideradas bruxas; que importava, para os juizes, era demonstrar a barbárie praticada pela acusada. Havia, portanto, segundo o autor, uma irracionalidade por conta da obsessão pela perseguição do outro demonizado (Ginzburg, 1988). Os depoimentos narrativos das bruxas eram manipulados ou por fantasias criadas nos discursos supersticiosos de acusação dos juizes, ou por confissões brutalmente arrancadas. Para Ginzburg (1991), o motivo da grande caça às bruxas era o estereótipo do sabá. Este era considerado uma transição do folclore popular de reuniões noturnas para justificativas da cultura oficial (igrejas e tribunais que representavam a ordem), que sonhavam com a ordem e a disciplina. As identidades dos inimigos sociais daquela época e estabeleciam nos estereótipos propostos pelos próprios perseguidores e, assim, as vítimas acabavam perdendo suas identidades culturais em troca da demonização de suas práticas. Essa tipificação resumida ao sabá resulta em uma segregação do monstro social que praticava tal crime.

Ao mesmo tempo em que reconhece os sujeitos considerados monstruosos na Idade Média punidos pelas questões de ordem da cultura oficial, Bakhtin (1993) vai mostrar em seu livro *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* como esses tipos criminosos se tornam figuras ambíguas na realidade das festas do carnaval. Dentre as diversas formas de manifestações da cultura cômica popular, a festa pública do carnaval apresentava os monstros, os animais domesticados, os gigantes e os anões como figuras exóticas que proporcionavam o riso.

Oferecia-se, nesse período de festas, uma nova visão do mundo, diferente das que eram oferecidas pela Igreja e pelo Estado. As manifestações não oficiais da cultura popular construíam frente à cultura oficial um mundo secundário. Esse momento, para Bakhtin (1993), constitui uma marca fundamental para pensar na construção da arquitetura do mundo, que é determinada por um embate de múltiplos sentidos e valores, como mostramos na introdução deste trabalho.

A ideia da monstruosidade dos sujeitos parricidas, além de obter uma tipificação estereotipada pelas concepções provenientes do senso comum a respeito das práticas do sabá, pode ser pensada, também, como uma realidade ambígua. Nesta, um sujeito ameaçador é, paradoxalmente, aquele que faz rir, em um período de libertação, dos valores de ordem impostas pela cultura oficial. Assim, os monstros exibidos em praça pública eram sujeitos normalmente abominados pela Igreja. Eram personagens desfiguradas, com o corpo defeituoso ou doente, consideradas frutos do pecado, mas, ao mesmo tempo, no período das festas carnavalescas, eram as figuras que marcavam o lugar da liberdade momentânea e da manifestação contra-hegemônica da cultura popular sob a cultura oficial imposta na época. Bakhtin (1993) vai chamar esse momento de *abolição provisória da ordem*, em que se criavam novas formas de comunicação, como forma de deboche diante das normas de etiqueta e da ordem em geral.

O objetivo desta investigação dos estudos de Bakhtin e de Ginzburg é procurar entender mais adiante, com pesquisas, essa ambiguidade presente também na construção narrativa da imprensa que usa a monstruosidade como categoria naturalizada de criminalização e, ao mesmo tempo, de sensacionalismo.

Essa situação europeia da Idade Média serve de ponte para avaliarmos a acusação de parricídio de Lizzie Borden, em Massachusetts, na Nova Inglaterra do século

XIX,⁴ e entender mais claramente o processo discursivo que estamos investigando e a marca da imprensa como moderna fala de autoridade em lugar da Igreja. Lizzie era a única suspeita por matar seu pai e sua madrasta a machadadas. Ao contrário dos monstros originais e cotidianos (pobres, camponeses, sem referência de família), descritos por Ginzburg (1998) Lizzie era uma moça jovem que ensinava catequese todos os domingos na igreja, única herdeira de um rico patrimônio. Não era uma simples camponesa pobre e descrente da ordem cristã, pronta para ser condenada por uma típica prática de bruxaria. Seus advogados conseguiram sua absolvição no julgamento, com argumentos sobre sua fidelidade à igreja e sua descendência nobre.⁵

Mesmo absolvida pela justiça, Lizzie é condenada pela imprensa da cidade que, com intuito de vender seu jornal, constrói uma rima popular que começa a circular na época do crime. A história do julgamento de Lizzie teve grande abrangência nacional americana, visto que a jovem e rica donzela não teria nenhum motivo aparente, segundo os conceitos estabelecidos pela ordem, para matar sua família. Mesmo absolvida pela lei, continuou sendo acusada pelo assassinato. A imprensa, então, se responsabiliza por anunciar este possível monstro e, com ideais consolidados por uma espécie de sabá estereotipado, criminaliza Borden. Por muitos anos, esse episódio foi lembrado pelos jornais, quando o crime fazia aniversário. A imprensa acusava Lizzie todos os anos, embora ela tivesse sido considerada inocente pelos juízes. A rima feita para propagar a história de Lizzie é até hoje cantada por crianças em brincadeira de corda, e especialmente em dias de *Halloween*: “Lizzie Borden took an axe; age gave her mother forty wacks; when she saw what she had done; she gave her father forty-one”.

Fica a hipótese de que, mesmo tendo passado o tempo de caça às bruxas e de os tribunais condenarem as mulheres por participação em algum tipo de sabá, o imaginário coletivo, depois de séculos, não deixa de fazê-lo. Reparamos, no caso de Lizzie Borden, a condenação

da jovem pela imprensa, com sua fala autorizada, mesmo contrária à justiça que, por falta de provas ou por não conseguir distinguir claramente a ordem da desordem, neste caso, proclamou a inocência. Por isso, Lizzie permanece até hoje no imaginário do que diz respeito à bruxaria, pelo folclore popular das festas de *Halloween*. As marcas populares do sabá e os estereótipos naturalizados por séculos, davam direito, à sociedade do século XIX e à imprensa da época, a fazer tal condenação. A grande massa, conseqüentemente, movida por um discurso sobre a verdadeira ordem e sentindo-se ameaçada por tamanho ser monstruoso, promove uma espécie de julgamento merecido e a condenação.

Podemos, portanto, nos perguntar: por que o jornalismo dá preferência a determinados tipos de significados, definindo, assim, quem deve ser incluído e excluído do sistema da normalidade cultural? Como se constrói o seu poder de constranger e determinar as relações sociais? Como a imprensa controla os sentidos, ao narrar episódios contraditórios a partir da ideia de garantia da normalidade, ou da ordem social? A partir de que ideias surgem os discursos relativos à monstruosidade dos sujeitos que matam seus familiares? Tais construções de discursos sobre o ser monstruoso podem, portanto, estar ligadas à concepção histórica do sabá?

A história de Lizzie, especialmente, e toda a propagação do seu estereótipo de bruxa, nos fazem pensar no caso de parricídio cometido por Suzane Von Richthofen, no ano de 2002, na cidade de São Paulo, que só não foi considerada inocente, por ter confessado o crime. Esse caso motivou inúmeras reportagens nos principais veículos de comunicação do país, gerando, inclusive, coberturas especiais. É considerável que o fato tenha chamado a atenção da mídia brasileira por surtir um efeito espetacular, tanto em termos de visibilidade do produto noticioso, quanto pelo seu caráter desestabilizador do senso comum. Trata-se de um crime escandaloso contra o consenso do valor da instituição familiar, especialmente de classe média, concebida como lugar da perfeição e da ordem, análogo ao caso de Lizzie Borden.

⁴ Existem diversas referências do caso Lizzie Borden na internet. Os sites usados para pesquisa foram os seguintes: Borden (2003-2007), Wikipédia (2007), Aiuto (2007), You Tube (2006).

⁵ As pistas do crime, que acabaram levando Lizzie ao tribunal, foram todas justificadas, mesmo as mais evidentes. Em 4 de agosto de 1892, Lizzie Borden anuncia para a empregada doméstica de sua família que seu pai estava morto. Logo depois, sua madrasta também é encontrada com marcas da mesma ferramenta que causou a morte do marido. Suspeitou-se de um machado encontrado no porão que, mesmo sem ter marcas de sangue, estava com a alça destruída, como se tivesse passado por uma grande limpeza. Encontraram sangue nas roupas do quarto de Lizzie, mas essa prova também foi anulada por conta do período menstrual pelo qual a acusada passava.

Sob os princípios básicos do senso comum, Suzane, uma menina de 20 anos, universitária e rica, não teria motivos para cometer o crime. Foi apostando nesse dilema que a mídia investiu suas narrativas, pois, além de ser um ato de violência que envolveu a morte dos pais, providenciado pela própria filha, este acontecimento chocava a opinião pública, porque foi planejado e forjado como se fosse um crime corriqueiro.

É nesta relação dos crimes das jovens ricas aqui citadas, mesmo em tempos completamente distantes (uma, no século XIX; e outra, na chamada era pós-moderna), que encontramos similaridades na forma de construção de um monstro social. Por mais que Lizzie não tenha confessado o crime e Suzane o tenha feito, os discursos situam ambas no lugar do imaginário monstruoso como bruxas. Ou seja, confessando ou não um crime, independentemente de culpa, sendo ou não de classe subalterna, os sujeitos que quebram a tradição, que ferem os princípios fundamentais de segurança da ordem, são condenados à monstruosidade eterna, ou melhor, são transformados em sinistros feitiçeiros.

As marcas dialógicas da monstruosidade na psiquiatria do século XIX

Uma camponesa conhecida como Sélestat se aproveita da ausência do marido e mata sua filha, corta sua perna e cozinha com couve para a sopa. Este caso é relatado por Foucault em seu livro *Os anormais* (2002). O crime ocorreu no ano de 1817, no inverno europeu, quando a fome e a miséria marcavam drasticamente a população. No julgamento dessa mulher, os médicos legistas dependiam de saber se ela era pobre e faminta para poder acusá-la, ou não. Segundo Foucault (2002) em sua análise, o procurador do caso dizia que, se ela fosse rica, seria considerada louca; mas, em caso de miséria, o motivo seria apenas fome e, portanto, cozinhar a perna da filha teria sido um ato de interesse, não de loucura.

Foucault (2002) mostra a intervenção da psiquiatria no campo do Direito Penal, no início do século XIX, e apresenta a diferenciação do tratamento dado pelos legistas aos crimes com intenção e aos sem motivo, designados

como loucura. Os grandes assassinatos tinham como alvo comum a família e, por isso, eram considerados crimes contra a natureza. Os criminosos eram caracterizados como loucos, visto que cometiam crimes sem explicação e esta seria a única justificativa para seus atos. Os crimes sem razão ou motivo eram considerados práticas de um momento delirante do ser humano, mas que o tornava perigoso e, com isso, este deveria ser isolado da sociedade. Cria-se, nesse momento, uma aproximação entre a loucura e a delinquência.

De modo geral, os laudos médicos do século XIX eram inspirados no artigo 64 do código penal francês de 1810: “não há mais crime nem delito, se o indivíduo estava em estado de demência no momento do seu ato”. Com base nisto, os exames deveriam estabelecer uma delimitação entre doença e responsabilidade, entre o indivíduo que seria hospitalizado ou conduzido à prisão. Mas, se a justiça ficava sem forças diante de um louco, detectar a doença poderia ser, portanto, um provável afastamento da criminalidade. Por isso, a psiquiatria é a instituição que determina a condenação dos sujeitos, nesta época, ao apontar seus atos criminosos, e seus discursos servem para provar que o indivíduo desejava o crime. Não se julga o ato do criminoso, mas sua conduta como sujeito infrator. Os médicos legistas determinam a ação do juiz, ao produzir um mapa de conduta dos sujeitos e ao demonstrar características prováveis que justificam seus atos bárbaros. Os juízes, então, não punem o ato infrator, mas o sujeito infrator. As características percebidas pelos peritos eram geralmente as mesmas: má estrutura de personalidade, desequilíbrio afetivo, falta de caráter ou imaturidade psicológica.

Os exames psiquiátricos permitem um duplo psicológico – ético de indivíduo julgado, como fala Foucault (2002). Cria-se um personagem monstruoso que é considerado incapaz de qualquer integração social. Os discursos da psiquiatria sobre o caso de Pierre Rivière, em 1836, analisado por Foucault (1977), falam também dessa forma. Os médicos legistas que fizeram os laudos, que condenaram Rivière por matar sua família, em geral, buscavam demonstrar que o rapaz apostava em diversos prazeres que fariam suspeito o seu caráter monstruoso, como matar animais, ou fazer chantagem afetiva com as crianças com quem convivia dando-lhes ordens violentas e ameaçadoras. Essas descrições, e toda a investigação sobre a vida do criminoso desde sua infância, vão resultar no desdobramento do autor do crime, ao sujeito monstruoso; do autor ao personagem.

Podemos perceber isso mais claramente em uma parte do parecer de um dos médicos legistas, Dr. L. Vaster, que certificou o caso de Pierre Rivière⁶:

Caso tivesse algum pensamento de poderio e superioridade, procurava realizá-los assustando infelizes crianças. Ora ameaçava-os de cortá-los com sua foice, ora os agarrava, e, suspendendo-os sobre um poço, ameaçava-os de lá deixá-los cair; de outras vezes queria fazê-los comer por seu cavalo, e depois de tê-los suficientemente amedrontado, contente com a ideia que acreditava ter-lhes dado de seu poder, deixava que fossem, exprimindo sua alegria por meio de risadas histéricas [...] É preciso mais para caracterizar a loucura, devo citar outros fatos? Quem de nós, conhecendo os que acabo de descrever, não teria visto Rivière como um alienado e não teria compartilhado da opinião geral que o apontava como um louco? (Foucault, 1977, p. 118-119).

Os motivos do criminoso, suas motivações, tendências ou instintos, vão ser essenciais para sua punição. A natureza do criminoso estava em jogo para que ele fosse identificado como monstro social. Para que a lei de punição funcionasse, não bastava apenas a realidade do crime, o fato, mas era necessário que se estabelecesse um motivo para tal ato. Os especialistas em motivo⁷, como chama Foucault, buscavam uma ligação psicológica entre o ato e o autor e, quanto mais essa relação era definida, mais o indivíduo estaria perto de uma condenação. Sobre isto, por exemplo, o médico legista citado vai concluir seu discurso sobre Rivière desta maneira: “enfim, o retorno de Rivière a ideias mais sãs pode não ser de longa duração, e, se ele não é culpado, é no mínimo perigoso, e deve ser isolado em seus próprios interesses e sobretudo no da sociedade” (Foucault, 1977, p. 125).

No fundo, o que se quer constatar no século XIX é a natureza monstruosa que se encontra dentro do indivíduo, o mal que pode estar dentro de cada um. Segundo Foucault (2002), o monstro é um fenômeno extremo e raro que viola a lei da natureza e não somente um tabu social, ele é uma mistura do impossível com o proibido. Na Idade Média, o que importava para a constituição de um monstro era a manifestação de qualquer transgressão considerada natural. Para Foucault (2002), não é apenas a

infração da lei natural que constitui o sujeito monstruoso, segundo ele, “só há monstruosidade onde a desordem da lei natural vem tocar, abalar, inquietar o direito civil, o direito canônico ou o direito religioso” (Foucault, 2002, p. 79). Existe, dessa forma, um embate entre as forças conservadoras regidas pela instituição superior, digamos, Deus, ou do *patri*, como já apontamos, e a ideia de natureza infratora, de criminoso nato.

Ainda que a psiquiatria legal perpassasse um longo caminho de ocupação e preocupação com os sujeitos infratores, loucos ou criminosos, nos interessa perceber excepcionalmente sua autoridade diante de um típico específico de criminoso, aquele que não cometia um ato violento por algum motivo aparente, ao contrário do caso de Sélestat, que matou a filha por fome. Perceber o caminho de construção do indivíduo monstruoso pelos discursos psiquiátricos é deveras importante, mas, para nosso trabalho, sobre crimes de parricídio (que, em geral, são considerados sem motivo, como o caso de Suzane Von Richthofen), vale ressaltar o papel da psiquiatria que, diante desses casos sem aparente razão, se coloca como um grande poder e única instituição capaz de descrever e caracterizar esses casos, ao mesmo tempo, obscuros e imprevisíveis.

No plano dos fluxos discursivos, entendemos que, nos casos contemporâneos de crime contra a família, a mídia se coloca nesse mesmo lugar de poder que outrora ocupou a medicina legal e, anteriormente, a Igreja. O que se apresenta como um grande embaraço para o Estado, para a polícia, a justiça e a sociedade, de modo geral, é caracterizado e sintetizado pela mídia como monstruosidade. Os meios de comunicação, ao criarem discursos naturalizantes sobre crimes com causas imperceptíveis, afirmam signos do cotidiano, ou seja, ideologias do senso comum, sobre os sujeitos criminalizados por atos de desordem, como se esses nascessem com uma essência do mal. Sob a forma opaca e obscura desses atos de barbárie, a mídia investe suas nuances com brilhos e cores vivas que destacam o personagem monstruoso. Da mesma forma que os crimes sem motivo são instigantes para demonstração do poder da psiquiatria no século XIX, a mídia, hoje, em geral, também os vê como elementos importantes para investir suas narrativas espetaculares e autorizadas por um estereótipo historicamente construído sobre os sujeitos monstruosos.

⁶ O caso de Pierre Rivière ocorreu por volta do século VII; isso demonstra o dialogismo discursivo presente nos discursos psiquiátricos.

⁷ Esse diagnóstico da psiquiatria foi chamado de *monomania* pelos médicos franceses Jean Étienne e Dominique Esquirol.

Assim como a psiquiatria legal do século XIX, fazem também os jornalistas atualmente, quando, ao relatarem os fatos, apresentam os criminosos como personagens que são incapazes de interagir com o mundo ordenado, ou que têm preferência pelo lugar da desordem, sendo esses motivos que os levam ao crime. As narrativas espetaculares fazem, muitas vezes, com que a realidade passe do ato à conduta, como explica Foucault (2002). O comportamento histórico da vida de um criminoso relatado por um poder discursivo nunca é visto fora do crime. Todos seus atos são justificados pela sua maneira de viver a vida. Assim, podemos levantar algumas questões importantes para nosso trabalho: como se organiza o discurso da imprensa sobre a condição do sujeito que cometeu o crime?; a imprensa demonstra, a partir das suas ideias tradicionais do senso comum, o perigo social, e faz um discurso direcionado somente para o medo de um indivíduo perigoso?; se são construídos assim, os discursos que indicam o perigo também são voltados para a ideia de normalização?; como lidar com o monstro, o horror, a maldade?

O caso da Suzane Von Richthofen e outros casos de crimes em família só chocam a sociedade porque confrontam a ideia natural que temos sobre essa realidade ordenada. Talvez Suzane seja um espelho, no qual não queremos nos reconhecer. As ações monstruosas nos fazem lembrar que o mal existe e que não é somente um atributo do outro social, do mundo da desordem. Como a imprensa, então, reage frente a esta contradição?

De modo geral, a organização narrativa da imprensa parte de questões do senso comum e, assim, essas marcas podem ser naturalizadas. No entanto, embora exista todo um esquema narrativo dos acontecimentos produzido pela imprensa (sua autoridade, técnicas, compromisso com objetividade, relação com a memória, entre outros), e embora haja o sonho da ordem e uma arrumação hermenêutica do acontecimento a partir dos conceitos cotidianos apenas experimentados e naturalizados na vida, a construção da realidade não é apenas dada ou ordenada. Existe uma luta para que permaneça o fluxo dos acontecimentos no tempo: uma luta por hegemonia. Embora, na forma narrativa hegemônica da imprensa, as identidades pareçam fixas, não o são, pois fazem parte de um fluxo de constante mudança. Sabemos também que, no mundo da representação, tudo se constrói com fundamento em um jogo de disputa pela significação, localizado na arena do discurso.

A construção discursiva midiática e o agendamento da monstruosidade

No campo dos discursos, no que diz respeito às construções narrativas, Bakhtin (1993) constrói um argumento filosófico social sobre o comportamento do indivíduo e sua expressão verbal. Sua teoria nos faz entender o fluxo dos discursos ideológicos sobre o indivíduo monstruoso os quais permeiam as narrativas midiáticas, hoje, sob a forma do senso comum. Queremos perceber, com base no pensamento do filósofo, que os discursos não são produzidos individualmente; eles se processam por uma forma dialógica que nasce da relação do indivíduo com o mundo social.

Bakhtin (1979) diz que a criação ideológica do indivíduo não acontece no campo particular da atividade mental, como tentou mostrar, por vezes, a psicologia do corpo social. Ao contrário, as ideologias são construídas pelos atos de fala, e a atividade mental, por conseguinte, só pode existir sob a forma real do signo e, em termos discursivos, nas palavras. Na medida em que um signo é realizado no psiquismo, essa realização sobrevive pelo suporte ideológico. Portanto, toda enunciação, para Bakhtin (1979) se processa por uma síntese ideológica entre o subjetivo (vida interior) e o social (vida exterior).

A consciência sobre determinada ideologia só se torna realidade quando se configura a materialização do signo. Por esta ideia, concluímos que um signo só é reconhecido por meio de outro signo, já que sua realidade deve ser sempre materializada como tal. Isso desperta a consciência sobre a existência de uma cadeia ideológica que se automatiza no campo do discurso. Entendemos que as ideologias são meios de comunicação dos indivíduos socialmente organizados e, por isso, como mostra Bakhtin (1979), a consciência individual não pode ser explicada por si só; isso só acontece por meio de um diálogo com o social. O enunciado midiático, religioso ou médico é organizado pelo meio social em que se encontra o indivíduo. A comunicação da vida cotidiana situa-se no interior do funcionamento dessa relação que produz a comunicação social.

Sobre investigações do fluxo discursivo, Ginzburg (2006) traz ensinamentos importantes em seu livro *O queijo e os vermes*, no qual mostra a importância de tratar os sujeitos oriundos da classe popular, ou seja, personagens típicos como bruxas e o moleiro Menóquio, como indivi-

duos com identidades construídas. Para Ginzburg (2006), é importante perceber a circularidade bakhtiniana no processo discursivo que gera os estereótipos e determina a separação entre o campo da ordem e o da desordem. De acordo com Ginzburg (2006), os interesses de Foucault (2002) se concentraram nos gestos de exclusão dos loucos pela psiquiatria e pelas forças institucionais jurídicas. O filósofo é acusado de silenciar os discursos dos sujeitos dentro desse contexto, em seus trabalhos: “O que interessa sobretudo a Foucault são os gestos e critérios de exclusão. [...] A figura do assassino Pierre Rivière são passadas para segundo plano” (Ginzburg, 2006, p. 17).

Ao estudar o caso do moleiro Menóquio, Ginzburg (2006) quer mostrar que, mesmo que existam discursos qualificativos sobre os indivíduos marginalizados, existem também discursos de tensões e de contra-hegemonia, que são silenciados. Calar essas vozes que marcam o discurso como arena é, para o autor, um grande pecado. Por isso, sua crítica a Foucault é importante, pois dar lugar à voz de Rivière, por exemplo, e mostrar seu discurso como filho de camponeses poderia ser essencial para entender as falas da psiquiatria a seu respeito. O que dizia Rivière sobre o seu lugar no mundo, além do que disseram os médicos legistas? Não sabemos, pois essa voz foi calada e, com ela, uma extensão polifônica do discurso da época. A descrição dos discursos do moleiro herege traz para o âmbito da cultura uma significativa importância que passa pela ideia de circularidade, embora sua identidade criminosa seja naturalizada. O que Ginzburg (2006) quer demonstrar na crítica a Foucault é a importância da percepção do plano dialógico dos discursos categorizantes sobre os sujeitos.

Da mesma forma, a mídia se coloca em um lugar de silenciadora da polifonia discursiva. É mais fácil aplicar discursos sintetizantes sobre os sujeitos, identificá-los como monstros e não levar em consideração sua voz. Reduzir os sentidos múltiplos é um trabalho que dá lugar ao senso comum.

Uma edição da revista *Superinteressante* publicada em dezembro de 2007, traz uma matéria na editoria História, cujo título é: *Bruxas por trás da caça*. A primeira impressão é de que a revista fará um mapeamento sobre os motivos das condenações de mulheres camponesas na Idade Média. O subtítulo diz: “por que mulheres inofensivas [...] foram exterminadas na Idade Média?” Embora pareça, em princípio, que a matéria tratará a bruxaria no seu contexto contraditório, no qual a maioria das mulheres foi exterminada por fugir aos padrões cristãos impostos pela Igreja, a reportagem apenas repete o que o

senso comum traz em seu dialogismo mais redundante. O primeiro parágrafo da matéria faz uma descrição de uma típica bruxa; o texto demonstra claramente essa redução de sentido: “Entre os séculos 15 e 17, a Europa estava infestada de bruxas. Disfarçadas e infiltradas entre os bons cristãos, elas adoravam o Diabo em segredo, promoviam rituais malignos e lançavam feitiços e maldições com a ajuda do chefe dos demônios. Na calada da noite, roubavam bebês recém-nascidos e os esquarterjavam antes de receber o batismo. Depois, ferviam os corpos num caldeirão para fabricar venenos e poções mágicas” (*Superinteressante*, 2007, p. 96).

Uma reportagem jornalística, que demonstra ter o objetivo de questionar ou falar de prováveis motivos da execução das bruxas na Idade Média, já começa seu texto repetindo características significativamente estereotipadas a respeito do que é uma bruxa para o senso comum. A tipificação reduz a existência de uma matéria sobre a história de possíveis inocentes camponesas assassinadas, em vista do tratamento de uma personagem historicamente conhecida na cultura do horror, com todos os traços monstruosos de bruxa.

A mentalidade social tradicional singulariza os discursos sobre os sujeitos criminosos e reduz as complexidades históricas que a criaram sob a forma de construção imediata de um personagem monstruoso. Por isso, é preciso pôr em questão essas sínteses discursivas que, geralmente, são aceitas sem nenhum tipo de questionamento. Torna-se necessário haver um mapeamento dos discursos midiáticos que complexificam essas categorias reduzidas pelo senso comum e deslocam, assim, as formas agrupadas pelo hábito.

Nas primeiras semanas do mês de abril, do ano de 2008, estivemos diante de um caso em que o público gritava pela revelação de uma verdade e a imprensa prontamente tentava correspondê-lo: o caso do assassinato da menina Isabella Nardoni. O momento de desconhecimento sobre o sujeito que havia provocado a brutalidade de espancar uma criança e jogar seu corpo semimorto pela janela do sexto andar do prédio onde estava provocou desespero social e sede de respostas. Ora, quem poderia fazer isso com uma criança no auge da inocência dos seus cinco anos de idade senão um monstro?

Esse acontecimento foi inicialmente caracterizado pela contradição de uma realidade ordenada. Houve um assassinato sem explicações aparentes, sem indícios de invasão ao local do crime por alguém com intuito de cometer um assalto ou uma vingança, mas, especialmente, com o indicativo de um suspeito próximo: Alexandre

Nardoni, o pai de Isabella. Com uma cobertura intensa, logo nos primeiros dias, já ouvimos acusações por parte da imprensa que pintava Alexandre Nardoni e sua mulher, Ana Carolina Jatobá, como monstros sociais, sem que existissem provas concretas de suas participações no crime, anunciadas por autoridades judiciárias ou policiais. No entanto, não é nenhuma novidade que, além de espetacularizar as notícias ao aplicar purpurinas que deem a ela um tom mais chamativo, a imprensa brasileira tem poder e autoridade discursiva, que cotidianamente impregna o imaginário social com suas verdades construídas por narrativas agenciadas.

No dia 9 de abril de 2008, a revista *Veja* é vendida nas bancas com uma capa de cor negra e um desenho central opaco de um olho, cuja íris é uma montagem do rosto de Isabela Nardoni. O texto desta capa diz: “O Mal. Crianças abandonadas, torturadas e assassinadas. Uma investigação filosófica, psicológica, religiosa e histórica sobre as origens da perversidade humana”. O título interno da matéria sobre *Comportamento é: Quando o mal triunfa*. A retranscrição anuncia o tema que será abordado: “as notícias que têm chocado o Brasil lembram que o lado monstruoso do homem pode até ser contido, mas jamais será definitivamente domado” (*Veja*, 2008, p. 89). A matéria fala da realidade contraditória do mal e constrói um panorama histórico sobre essa questão. Para isso, o repórter faz referência ao pensamento de Santo Agostinho, Kant, Hannah Arendt e dá voz a alguns psicanalistas, especialistas no assunto. Uma citação do texto do filósofo Denis Rosenfield (2003, p. 15), da obra *Retratos do mal*, resume o teor da reportagem: “O mal é toda ação voltada para eliminar as condições de uma existência racional”. Finalmente, uma matéria declara a inexplicabilidade de um assunto e não considera uso de estereótipos como resposta. O texto do jornalista não enquadra um sentido único para o mal, ao contrário, deixa em aberto o motivo de sua existência. Diante de um assunto tão obscuro, a revista demonstra certa imparcialidade. Entretanto, algumas semanas depois, quando a polícia indicia o pai de Isabela Nardoni e sua madrasta, indicados como culpados do crime, a revista *Veja* elabora mais uma reportagem de capa que atrai os leitores em busca de definições sobre o mal. Desta vez, o título afirma: *Para a polícia, não há mais dúvidas sobre a morte de Isabela: foram eles* (*Veja*, 2008). As últimas palavras desta frase se destacam em caixa alta, como forma de acusação. O enfoque da fotografia na capa acima do título enquadra os olhos de Alexandre Nardoni e Carolina Jatobá como monstros obscuros. A matéria do caderno especial tem por título: *Frios e dissimulados*. Aqui,

a revista não se importa mais em falar sobre a contradição do mal, pois ele, neste caso, havia sido nomeado. O *lead* do texto diz: O ‘monstro’ que matou a menina Isabela e que seu pai, Alexandre Nardoni, em carta divulgou a imprensa prometeu não sossegar até encontrar, estava, afinal, diante do espelho” (*Veja*, 2008, p. 8).

O que podemos entender sobre o posicionamento da *Veja* na organização desta matéria é que o investimento em reconhecer o mal, dar nome e corpo a ele é algo que fascina o leitor, muito mais, do que uma reportagem que não mostra um culpado, na qual não se pode fechar alguma conclusão e algum reconhecimento da verdade. Mesmo entendendo a contradição sobre o conceito de mal, a revista não se conteve em fazer o mesmo sobre a monstruosidade sem, ao menos, perguntar: o que poderia levar essas pessoas a estrangular e jogar uma criança da janela de um prédio? Pouco importa a questão do mal para *Veja* e toda inquietação que isso tem no imaginário da sociedade. O que interessa é vender a revista.

A morte da menina Isabella e todo o suspense que cercava a investigação desse caso e, especialmente, a liberação, por *habeas corpus*, dada ao casal depois, pelo desembargador Canguçu de Almeida, fizeram com que o repórter do Fantástico, Caco Barcelos, trouxesse à cena o assassinato misterioso do casal Jorge Toufic Bouchabki e Maria Cecília Delmanto Bouchabki, ocorrido em 1988, na rua Cuba do bairro Jardins, na cidade de São Paulo. O desembargador Canguçu havia dado, também, liberdade a Jorge Delmanto Bouchabki, filho do casal e único suspeito do assassinato na época. Conhecido como “O crime da rua Cuba”, a morte do casal jamais foi decifrada.

Este crime é um dos casos mais antigos de assassinato de família no Brasil, e o agendamento da imprensa marca a trajetória de um típico sujeito monstro que, possivelmente, assassinou seus pais a sangue frio, mas que não é preso, segundo a justiça, por não existirem provas que o condenem. A imprensa, ciente da não existência dessas provas que pudessem culpar Jorginho, alimentou esse assunto por anos, julgando indiretamente o rapaz como um monstro criminoso que matou sua própria família. Vale lembrar que, mesmo com todos os indícios apontados para um provável criminoso, o julgamento deste só deve ser feito após a acusação e condenação judicial concretizadas mediante provas e acareações policiais. Portanto, o jornalismo não é a autoridade legal que tem o direito de proporcionar tal juízo e de reduzir tais sentidos.

Os manuais de redação são claros ao dizerem que não existem culpados antes do julgamento de um crime, mas sim acusados. Ora, isso muda a forma narrativa que

o repórter usa para apontar um sujeito indicado como protagonista de um crime como um monstro? Não muda, pois, mesmo como suspeito, as manchetes desejam apontar um personagem que se enquadre como culpado do crime, por mais que se escolha, nos textos, o uso da palavra acusado, ou indiciado, em vez de criminoso ou assassino. O jornalismo cotidianamente procura apontar um culpado aos seus leitores, que aguardam tal resposta.

As primeiras reportagens sobre o crime da rua Cuba dão evidência de culpa ao filho do casal Jorge Delmanto. O jornal *Estado de São Paulo* traz, na capa do dia 20 de abril, meses depois de muita investigação sobre o assassinato dos Bouchabki, o título: *Polícia indícia Jorginho no caso rua Cuba*. A matéria traz duas fotos: do lado esquerdo, Jorginho; ao lado, a cama do casal morto coberto por um lençol. Os destaques dos subtítulos das fotografias estampadas em larga resolução eram: *Jorginho, principal suspeito e crime na véspera de Natal*. Esta matéria coloca Jorginho em um lugar de destaque não apenas pelo apontamento policial sobre sua possível participação no crime, mas, especialmente, como forma de resposta sobre a verdade daquele misterioso assassinato para o qual a sociedade clamava respostas concretas.

É por esta aparente verdade que o leitor tem preferência: esta que se dá por rejeição à dúvida. É por não aceitar uma não resposta ou não justificativa sobre qualquer acontecimento desordenado, mesmo distante de sua vida pessoal, que esse tipo de resposta é aceita e faz parte da realidade social. A sociedade se sente desamparada, desequilibrada, se não conhece verdades, causas ou comprovações sobre os acontecimentos violentos que a cercam. É mais simples, então, por questões de conforto e segurança, reconhecer verdades afirmativas, impregnadas por um senso comum, do que entender as contradições que cercam a humanidade em constante conflito. Assim trabalham as autoridades discursivas, como a imprensa: construindo verdades que confortam, que criam aparência de ordem sobre o mundo.

O título da matéria na *Folha de São Paulo* do dia 3 de junho de 1989 diz: Jorginho chora 3 vezes no depoimento que seu advogado considera “excelente”. A narrativa se encaminha desta forma: “A performance de Jorginho foi aplicada e eficiente na demonstração da distância entre seu temperamento, sua personalidade e a possibilidade de ter cometido o terrível crime de matar os pais na véspera do Natal de 1988. Ele foi seguro, tranquilo, respeitoso, respondeu a todas as questões da juíza sem cair em contradições, se manteve circunspecto com certa dose contida de sentimento e choro a cada clímax emocional.

José Carlos Dias achou “excelente” o desempenho de Jorginho. A boa atuação de Jorginho ia contra todas as denúncias da investigação policial, segundo o acusado, passadas integralmente à imprensa, o que Dias pediu a juíza fazer constar e o advogado dava uma espécie de troco. “Agora respira-se um clima diferente: o caso sai da alçada da polícia e passa à plenitude da razão judiciária”, disse” (*Folha de São Paulo*, 1989, p. 16).

Como se fosse um lobo na pele de cordeiro, o comportamento de Jorginho é descrito no momento em que estava no tribunal. A ênfase do jornal é dada à provável teatral apresentação do rapaz à justiça. Mas, em nenhum momento, é posta em questão se ele fez uma performance, isso é tratado como verdade. É como se o monstro Jorginho estivesse enganando as autoridades em cumplicidade com seu advogado, ao forçar o choro e ao se comportar bem, coisa que não é natural, quando se trata de um indivíduo reconhecido como monstro, após ter sido apontado pela polícia como assassino de seus pais.

Quatro anos depois do crime, Jorge Delmanto, o principal suspeito, em entrevista, fala ao jornal *O Estado de São Paulo* (1988) sob sua tipificação monstruosa criada por parte da imprensa que buscou, desde a morte dos seus pais até o último julgamento que o absolvera, transformá-lo em bode expiatório para uma resposta ao caso que jamais havia sido solucionado. O título da entrevista diz: *Vou ter que levar isso comigo* e a retranca anuncia para o leitor que Jorge Delmanto diz ter sua identidade estigmatizada pela acusação marcante feita pela imprensa.

Outro exemplo de cobertura jornalística sobre casos de assassinato em família, e em que queremos perceber as narrativas baseadas no senso comum como um fluxo sobre monstrosidade, é a matéria do caderno do *O Globo*, o *Jornal da Família*, de novembro de 1994. A primeira página traz narrativas do caso Gustavo Pissardo, o rapaz que assassinou os pais, a irmã e os avós, em São Paulo, dois meses antes. O título da matéria diz: De perto ninguém é normal. No começo do texto, o repórter narrador descreve: “Gustavo era bom filho, bom aluno, responsável, dedicado e carinhoso. Não fumava, não bebia, não se drogava. Os vizinhos de Gustavo disseram que a família aparentava viver na mais perfeita harmonia. O que a família de Gustavo não sabia é que ser perfeito em tudo é talvez o maior indício de que alguma coisa vai muito mal. Gustavo pode ser exemplo daquilo que alguns psiquiatras e psicanalistas chamam de normopatia, a doença da normalidade excessiva. Como diz a música de Caetano Veloso, “de perto ninguém é normal”. Em outras palavras: todos nós temos um “grau saudável de desajuste”. Por trás de um

filho perfeito pode estar um psicopata prestes a explodir depois de muitos anos recalçando conflitos familiares” (*O Globo*, 1994, capa).

Na página onde encontramos esta matéria, também há um *box* cujo tema é *perfil do parricida em potencial*, onde são definidos tipos de assassinos: psicopatas, maníacos depressivos, epiléticos ou débeis mentais. Esse espaço se parece com o atual programa do canal *Discovery Channel* chamado *O índice da maldade (Most Devil)*, no qual o psiquiatra Michael Stone enquadra os assassinos, a maioria acusados de cometerem crime contra família, em uma escala de maldade de vinte e dois itens. No nível dez, por exemplo, foi aplicado o caso de Suzan Smith, que matou os dois filhos afogados, ao prendê-los dentro de um carro e empurrar o carro para um rio. Esse nível diz respeito aos assassinos egocêntricos os quais exterminam pessoas que são “pedras no caminho”. O caso de maior gravidade é o vinte e dois, no qual se encaixou o caso de Thereza Nore, que teve a infância perturbada, matou o primeiro marido; uma filha, por inveja de sua elegância; e outra filha, trancada no armário. Esse caso não é mais grave pela quantidade de mortos, mas pelo fato de Thereza ter feito tortura prolongada de suas vítimas.

Esses são tipos de enquadramento midiático da identidade criminosa que podemos também chamar de sensacionalismo da monstruosidade, feito como resposta aos atos nos quais não se encontram coerência e respostas óbvias.

Em uma edição especial da *Folha de São Paulo*, no dia 13 de novembro de 1994, Jurandir Freire Costa fala sobre o caso que levou Gustavo Pissardo a assassinar sua família; ele diz: “No centro do espanto, a ausência de motivos. Nada parece justificar o episódio. É isso um feito. Alguma coisa que, boa ou má, rompe com o passado, anula previsões e desmente antigas crenças. Porque somos imprevisíveis agimos, e, porque agimos, tudo o que se segue à ação pode ganhar um sentido inusitado ou não ter sentido algum” (*Folha de São Paulo*, 1994, p. 14). Como nascemos em um mundo culturalmente ordenado, a falta de justificativa de um crime choca e desnorteia, por isso, a necessidade narrativa da mídia em revelar um motivo, ainda que tenha que construir ou fazer demonstrações de escalas de desvios, como comentamos acima, para demonstrar indiretamente tal monstruosidade.

A mídia tem uma dinâmica de construção de identidade que reduz a complexidade dos indivíduos e da realidade em que vivemos dando lugar ao senso comum e à ordenação da realidade. No século passado, os atos criminosos eram denominados loucura moral, perversão ou feitiçaria; hoje, as justificativas passam por anomia

social, fragmentação do Eu, violência latente e outras. No entanto, é a questão da monstruosidade que está em jogo e a tipificação do indivíduo como o Outro, o estranho, aquele que não faz parte da lógica da ordem social. A maior tragédia narrada pela mídia é aquela que demonstra ausência de sentido. O monstro contemporâneo não é mais a bruxa ou o louco; embora os estigmas sejam similares, os significados são adversos, foram ressemantizados, reapropriados pelas condições do nosso tempo. Monstruosidade não significa maldade, mas, essencialmente, diferença. O monstro é o outro, aquele que não é igual.

Referências

- AIUTO, R. 2007. *Crime Library. Lizzie Borden*. Acessado em: 26/12/2007, disponível em: http://www.crimelibrary.com/notorious_murders/famous/borden/index_1.html.
- BAKHTIN, M. 1979. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 196 p.
- BAKHTIN, M. 1993. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo, Hucitec, 419 p.
- BAKHTIN, M. 2003. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 476 p.
- BORDEN, L. A. 2003-2007. *Lizzie Andrew Borden virtual Museum and library*. Acessado em: 26/12/2007, disponível em: <http://www.lizzieandrewborden.com>.
- DONNER, R. 1985. *The Goonies*. Burbank, CA. Warner Home Vídeo. DVD. Duração: 114 min.
- DOUGLAS, M. 1991. *Pureza e Perigo*. Portugal, Edições 70, 213 p.
- ÉPOCA. 2002. *Monstro em casa*. Rio de Janeiro, Edição 243, 8 nov.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1989. *Jorginho chora 3 vezes no depoimento que seu advogado considera “excelente”*. São Paulo, 3 jun., p. 16.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1994. *Gustavo Pissardo*. São Paulo, 13 nov., p. 6-14.
- FOUCAULT, M. 1977. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro, Graal, 294 p.
- FOUCAULT, M. 2002. *Os anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 479 p.
- GINZBURG, C. 1988. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 255 p.
- GINZBURG, C. 1991. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo, Companhia das Letras, 406 p.

GINZBURG, C. 2006. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 255 p.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1988. *Vou ter que levar isso comigo*. São Paulo, 20 abr., p. 12.

O GLOBO. 1994. *De perto ninguém é normal*. Jornal da Família. Rio de Janeiro, 20 nov., capa.

ROSENFELD, D.L. 2003. *Retratos do mal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 177 p.

SUPERINTERESSANTE, 2007. *Bruxas por trás da caça*. São Paulo, Edição 246, dez., p. 96.

VEJA. 2008. *Quando o mal triunfa*. São Paulo, 9 abr., p. 89.

WIKIPÉDIA. 2007. Acessado em: 26/12/2007, disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lizzie_Borden.

YOU TUBE. 2006. *Arnold Brown's theory of the Lizzie Borden case*. Acessado em: 26/12/2007, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TjPheZblQL4>.

Submetido em: 10/09/2008

Aceito em: 01/04/2009